

EDITORIAL

Conjuntura da educação superior e a atuação do Sinpro/RS

Neste quase encerramento de semestre letivo e do inusitado ano de 2020, é importante que se faça uma avaliação da conjuntura da educação superior e da atuação do Sinpro/RS nesse cenário.

No plano mais geral da economia brasileira, são gritantes as evidências da falta de uma política de governo que dê perspectiva para a reversão do momento sombrio que vivenciamos.

A economia estagnada se reflete na dinâmica da educação superior e, por consequência, na relação contratual dos professores com as instituições.

É nessa realidade que o Sinpro/RS tem se movimentado ao longo do ano, o que resultou no mais extenso processo de negociações já desenvolvido pelo Sindicato em toda sua história.

Longa e árdua negociação com o coletivo das Instituições Comunitárias de Educação Superior – ICES, para a renovação do Acordo Coletivo Plúrimo, antecedido e sucedido por muitas negociações específicas com as instituições (com maiores problemas), sempre com vistas ao ajuste das condições contratuais dos professores diante das individualidades e possibilidades de cada uma delas, considerando a grande diversidade institucional que marca este segmento.

Essa diversidade decorre de múltiplos fatores, desde o histórico de cada instituição marcado pelos equívocos e acertos de gestão e projeto, passando pelas condições e potencialidades das suas respectivas regiões de inserção e culminando com suas avaliações e definições para a superação das adversidades do momento presente.

O Sinpro/RS tem presente que se vivencia um momento em que a política a ser desenvolvida é defensiva, e a primeira defesa precisa ser a da empregabilidade dos professores.

Manutenção dos docentes em seus empregos, defesa contra o aviltamento contratual, que se expressa na redução drástica de carga horária por conta da implementação de reformas curriculares e da definição de políticas de gestão que visam à redução do custo-professor.

Conforme era de se esperar da parte de um governo de matriz ultraliberal e privatista, não têm faltado decretos e portarias que flexibilizam ainda mais a regulamentação das ofertas de educação superior no país.

A adesão e a implementação das possibilidades decorrentes das flexibilizações regulatórias são o que se constitui, depois da falta de alunos, na segunda ordem de preocupações do Sindicato em sua atuação no atual cenário de crise.

As decisões e os planejamentos das ICES para 2021 já foram ou estão sendo tomados neste final de ano e projetam seus efeitos sobre a empregabilidade dos professores no próximo período.

Ampliação das disciplinas em EAD nos cursos presenciais; aumento dos cursos em EAD sob as mais diversas denominações mercadológicas; implementação de turmas estendidas, com aporte de alunos de diferentes campi, no embalo da virtualidade imposta pela pandemia; curriculização da extensão com redução de carga horária são algumas das medidas em vias de implementação nas ICES.

Diante da realidade, o Sinpro/RS vem, desde novembro, avaliando no âmbito da sua Comissão da Educação Superior, e acionou o Sindiman para uma discussão com vistas à preservação da empregabilidade dos professores.

Diálogos e negociações sempre difíceis, considerando os argumentos objetivos e inquestionáveis sobre a redução do número de alunos e a invocação da autonomia das instituições na definição de seus projetos acadêmicos e institucionais.

Os Sindicatos de Professores (RS, Noroeste e Caxias do Sul) encaminharam uma agenda/pauta de questões que nortearam as três reuniões já realizadas nas últimas semanas, na expectativa de que os atos de gestão e a definição das estratégias institucionais no enfrentamento à crise se mantenham como algum diferencial das ICES no “mercado educacional”, até porque foi com a invocação desse diferencial que as Comunitárias se apartaram do Sinepe/RS e criaram o Sindiman.

Agenda de questões para tratativas com o Sindiman

OS SINDICATOS SIGNATÁRIOS CONSIDERANDO

- a preocupação com a indefinição do número de alunos para 2021 e seus reflexos na definição de componentes curriculares/turmas letivas;
- as iniciativas acadêmicas e os projetos institucionais que podem impactar na empregabilidade e na carga horária contratada dos professores;

MANIFESTAM SUAS EXPECTATIVAS E REIVINDICAÇÕES CONFORME SEGUE:

- adiar eventual necessidade de desligamento de professores até o início do próximo semestre letivo;
- implementar processo de PDV/PDI negociado com os sindicatos;
- estabelecer o limite do número de alunos nas turmas estendidas com abrangência multicampi nas aulas síncronas durante o período de suspensão das atividades presenciais;
- limitar o número de alunos por turma e de carga horária nos cursos em EAD;
- garantir a alocação de Tutores para todas as turmas em EAD, independentemente do número de alunos com padronização de suas funções;
- regulamentar as condições trabalhistas dos professores que atuarão na curricularização da extensão;
- regulamentar a produção de materiais pedagógicos e a definição das condições de atualização e remuneração dos mesmos;
- regulamentar a disponibilidade dos professores para interação virtual com os estudantes;
- definir o subsídio para aquisição de equipamentos eletrônicos, softwares e para ampliação da capacidade de internet para o desenvolvimento do trabalho docente.

PATRONAL

Histórico da criação da nova entidade

No último dia 6 de novembro, foi publicada a concessão do registro sindical do Sindiman.

Trata-se do marco de formalização da entidade agora como Sindicato das Entidades Mantenedoras de Instituições Comunitárias de Educação Superior do Rio Grande do Sul – Sindiman.

Após o rompimento de 14 dos 15 centros universitários e universidades reconhecidas como instituições comunitárias, foi em 2016 que a assembleia das instituições dissidentes do Sinepe/RS aprovou seu estatuto, elegeu sua diretoria e deu início à busca do seu registro sindical.

Durante este período de 5 anos, a entidade era tão somente uma associação civil sem poder para firmar Convenção Coletiva de Trabalho – CCT.

Por essa razão, e em decorrência do fato de as instituições alegarem o não reconhecimento do Sinepe/RS como sua representação, nem tampouco as negociações e as convenções firmadas, o Sinpro/RS e os demais sindicatos de professores e de funcionários técnicos e administrativos estabeleceram negociações com o coletivo institucional e firmaram, ao longo deste tempo, acordos coletivos plúrimos (assinados pelos representantes de todas as instituições). Isso deverá acontecer também em 2020, uma vez que o registro sindical, de 6 de novembro, é posterior à data-base da Categoria, 1º de março.

No último período, o IPA de Porto Alegre retirou-se do coletivo das ICES, o qual constitui o núcleo original do Sindiman. Também a UFN, de Santa Maria, não integra, por enquanto, o sindicato agora registrado.

ICES: um qualificativo legal

Ao ensejo do reconhecimento formal do Sindiman como sindicato, concedido pela Secretaria Nacional de Justiça, vinculada ao Ministério da Justiça e Segurança Pública, cumpre lembrar que, desde a aprovação da Lei nº 12881/2013, a condição de Instituição Comunitária de Educação Superior é decorrência de reconhecimento formal do MEC, com base em requerimento das instituições e do atendimento dos requisitos elencados na própria lei.

Representação do sindicato das ICES (Sindiman):

- Associação Antônio Vieira (ASAV)/ Unisinos
- Associação Pelotense de Assistência e Cultura (Apac)/ UCPel
- Associação Pró-Ensino em Santa Cruz do Sul (Apesc)/ Unisc
- Associação Pró-Ensino Superior em Novo Hamburgo (Aspeur)/ Feevale
- Fundação Attila Taborda (FAT)/ Urcamp
- Fundação de Integração, Desenvolvimento e Educação do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul (Fidene)/ Unijuí
- Fundação Regional Integrada (Furi)/ URI
- Fundação Universidade de Caxias do Sul (FUCS)/ UCS
- Fundação Universidade de Cruz Alta/ Unicruz
- Fundação Universidade de Passo Fundo/ UPF
- Fundação Vale do Taquari de Educação e Desenvolvimento Social (Fuvates)/ Univates
- Sociedade Porvir Científico/ Unilasalle
- União Brasileira de Educação e Assistência (Ubea)/ PUCRS